

Associativismo migrante e participação política: que respostas para os novos tempos? *Migrant associations and political participation: what responses are there in today's world?*

Francisco Pereira*

A emergência do movimento associativo migrante está implicitamente ligada à história e à dinâmica da imigração em Portugal. Porém, o enquadramento legal específico das associações de imigrantes, só foi reconhecido oficialmente pelo Estado português, através da Lei n.º 115/99, de 3 de Agosto.

A constituição e o progressivo crescimento de comunidades imigrantes permitiram o aparecimento de associações que inicialmente tinham como objectivos conservar e dinamizar os traços culturais dos países de origem, sob apanágio da intervenção cultural e da mobilização social. Porém, à medida que se vão consolidando, começam a intervir e a reivindicar os direitos plenos de cidadania. É, pois, através dessa intervenção que se tem conseguido fazer ouvir as suas vozes junto da sede de poder.

É consentâneo afirmar que o movimento associativo luta actualmente com meios escassos ou com os seus próprios meios para conseguir renovar-se e manter-se activo numa sociedade em profunda mudança. Manter as dinâmicas associativas dentro deste modelo da estrutura da oportunidade política implica, naturalmente, procurar respostas para os desafios dos novos tempos.

Os desafios que o movimento associativo enfrenta nos tempos de hoje são diversos, mas a meu ver, o mais importante reside talvez na necessidade de se afirmar ainda mais como parceiro reconhecido e indispensável, nas estratégias de promoção de uma vida em comunidade participada, quer falemos no domínio social, quer no campo político. A participação nos processos políticos é um dos elementos mais importantes da cidadania activa. A participação política do movimento associativo das comunidades imigrantes gera oportunidades de integração e deve ser analisada nas suas diferentes formas, incluindo a obtenção da nacionalidade, de direitos eleitorais e de maior integração nas estruturas de decisão política.

É a partir desta problemática que vou incidir a minha reflexão, analisando o percurso e o contraste do movimento associativo migrante.

Todos, ou quase todos, nos lembramos da década de 90, mais concretamente em 1996, em que o movimento associativo despertou o seu potencial político transformador e a sua capacidade de subversão do estado das coisas, fazendo com que estivessem presentes na Assembleia da República, pela primeira vez, como deputados, dois membros de associações de imigrantes, Fernando Ká e Celeste Correia.

* Líder Associativo e Cabeça de Lista do Movimento de Intervenção e Cidadania pela Amadora – MICA/ Association Leader and Head of the List of the Movement for Intervention and Citizenship in Amadora - MICA.

Passados quase 14 anos, podemos perguntar onde é que está aquela dinâmica? Onde está a força e o desejo de mudança? Que representatividade têm as associações junto do poder instituído, quer local, quer nacional, quer internacional? Será que mudaram os tempos e mudaram as estratégias? Será que as associações constituem um trampolim na consolidação da sua carreira profissional?

É certo que a participação política do movimento associativo depende largamente da *estrutura das oportunidades políticas* que lhes são oferecidas. Todavia, põe-se a questão de saber se as associações estão a aproveitar, *à limite*, essas oportunidades neste quadro institucionalmente definido.

A problemática da participação política do movimento associativo não pode ignorar o caminho percorrido, nem os retrocessos verificados. Ou seja, pese embora o esforço de alguns movimentos associativos, nomeadamente a da Associação Cabo-verdiana, a da Casa do Brasil de Lisboa, de algumas federações associativas e da PERCIP (Plataforma das Estruturas Representativas das Comunidades de Imigrantes em Portugal), que têm vindo a delinear estratégias com o objectivo de colocar na agenda política a imigração, denota-se ainda uma fraca capacidade de mobilização política nos últimos tempos.

Nas últimas eleições europeias, legislativas e autárquicas de 2009 não houve campanhas alargadas de informação dirigidas aos eleitores activos e passivos de origem estrangeira, ao contrário do que aconteceu, como já frisado na década de 90 do século passado, nem se verifica um progresso significativo na participação de cidadãos de origem imigrante nas listas eleitorais, à excepção de alguns elementos que participaram em lugares não elegíveis, com intuito de “colorir” as listas eleitorais, subalternizando o seu valor enquanto cidadãos de pleno direito e, como tal, actores políticos. Contudo, embora num estado incipiente, nas últimas eleições autárquicas houve uma dinâmica nunca então ocorrida, e que se prende com o destaque de algumas figuras de origem imigrante a encabeçar as listas dos partidos políticos, curiosamente do partido mais à direita. No PSD, por exemplo, houve alguns candidatos, nomeadamente à Câmara Municipal do Seixal, bem como a uma Junta de Freguesia no Concelho de Loures, esta encabeçada por um líder associativo luso-angolano, Jerónimo David.

Pese embora a minha modéstia, através de muito esforço pessoal e com o contributo indelével de várias comunidades na Amadora, nasceu o Movimento de Intervenção e Cidadania pela Amadora (MICA), liderado por mim. Um movimento ímpar na história dos movimentos cívicos em Portugal, devido ao seu carácter dinâmico e intercultural. Concorrente nas últimas eleições autárquicas na Amadora, MICA conseguiu quase 3% de votos num campo político árduo e difícil, graças à sua audácia, à sua visão multicultural e ao carácter multifacetado, capaz de mobilizar as vontades e as aspirações das populações migrantes, independentemente da sua origem cultural e étnica. É, pois, importante afirmar que o interesse dos imigrantes em votar cresce quando se verifica que alguns candidatos têm origem imigrante. Contudo, entendemos a importância de uma candidatura que mobiliza interesses transversais a todos e não apenas com bases relacionadas com as comunidades imigrantes e minorias culturais, o que poderia ter um efeito de segregação.

Utilizando a expressão crioula “*caminhu longi ta badu di bespa*” (Caminho longe faz-se de véspera) e faz-se caminhando. Parece-me sensato, repito, embora pese a minha modéstia, afirmar que esta experiência foi muito útil aos protagonistas e aos amadorenses. Ficou patente que é possível... Ficou claro que é preciso fazer. Ficou entendido até onde é possível chegar e como lá chegar!

Será abusivo dizer que este é um caminho? Parece-me que não...

Para responder aos desafios dos novos tempos, a intervenção associativa deve caminhar no sentido de imprimir maior importância às dinâmicas de participação cívica e política, ao reconhecimento do direito de voto nos diversos quadros eleitorais e à representação política alargada das comunidades migrantes em sede do poder formal e instituído. Outrossim, o movimento associativo deve interpelar a estrutura governativa no sentido de pressionar uma revisão constitucional, que ponha termo à exigência do Regime de Reciprocidade, dinamizando os direitos políticos aos imigrantes. É indiscutivelmente um grande desafio para a integração política.

Para elevar esse dinamismo à *la limite*, as associações devem fomentar as políticas “*bottom-up*” em detrimento de “*top-down*”, o que, naturalmente, por um lado, implica a assunção de um paradigma militante e reivindicativo, dotado de uma agenda política dirigida, consciente do seu potencial, enquanto grupo de pressão e, por outro lado, a capacidade de identificar áreas estratégicas de intervenção e de mobilização dos recursos existentes no seio das comunidades imigrantes.

É imperativo impulsionar e dinamizar a formação e consciencialização cívica, de incentivo ao recenseamento eleitoral e exercício de um intenso *lobby político* junto dos órgãos de decisão. É imperioso, igualmente, combater lógicas de instrumentalização política pelos partidos políticos que convidam os membros de origem imigrante para, como atrás já referi, “colorir” as listas, muitas das quais nem sequer traduzem objetivos eleitoralistas em concreto.

É necessário que as associações incrementem e actuem em rede (local, nacional e transnacional), com vista a articular as necessidades e os interesses dos imigrantes num novo paradigma, que tem subjacentes os direitos plenos de cidadania e a interculturalidade.

Em suma, se pretendemos criar uma sociedade mais coesa, mais aberta e mais participativa em Portugal, o movimento associativo não pode descurar o seu potencial político transformador, enquanto força de pressão consciente do seu trabalho junto da “sede de poder” e no “terreno”, para a consciencialização do direito de voto nos cidadãos imigrantes.

Se desejamos algo, temos de ser nós a fazê-lo. Parafraseando, o poeta Manuel Laranjeira, “*não nos iludamos, ou nos salvamos nós, ou ninguém nos salva*”. Convém lembrarmos que as oportunidades e os recursos são finitos e é, por esta razão, que as questões da distribuição de recursos sociais, culturais, económicos, políticos e simbólicos são questões de poder. Como nos ensina a Ciência Política, o poder

conquista-se. Apenas teremos o poder de influenciar e de subverter a ordem que nos é imposta se nós próprios dermos o nosso contributo. Parece-me que a par da reivindicação da cidadania, temos que começar a exercê-la. Qualquer outra atitude significa deixar o nosso destino entregue à mercê da “corrente”.

Eis, entre muitas, algumas reflexões para os desafios dos novos tempos!

Referências Bibliográficas

- Albuquerque, R. *et al.* (2000), *O fenómeno associativo em contexto migratório. Duas décadas de associativismo de imigrantes em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.
- Pereira, F. (2007), *Associativismo Migrante e Participação Cívica: Dinâmicas Organizacionais das Associações de Imigrantes Angolanos, Guineenses e Europeus de Leste na Área Metropolitana de Lisboa*, Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais, Lisboa: Universidade Aberta.